

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

Pamela Oliveira da Cruz¹



<http://lattes.cnpq.br/4530046061211188>



<https://orcid.org/0009-0004-4939-2735>

Fernando Monteiro Melo²



<http://lattes.cnpq.br/7592034502018053>



<https://orcid.org/0000-0001-5138-4970>

Resumo

Objetiva-se analisar os efeitos da inflação dos alimentos sobre a segurança alimentar na Zona Leste de Manaus (AM), compreendendo-a como expressão concreta das desigualdades socioespaciais que atravessam o direito à alimentação. Parte-se do entendimento de que a segurança alimentar constitui um princípio fundamental para garantir o acesso regular e permanente a alimentos saudáveis e adequados, contudo, essa noção adquire maior complexidade quando relacionada à soberania alimentar, articulando dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais que se materializam de forma desigual nos espaços. Busca-se, assim, contribuir para o debate sobre a fome e suas múltiplas determinações, atentando às particularidades socioeconômicas que estruturam a realidade alimentar na Zona Leste de Manaus.

Palavras-chave: Fome; Segurança Alimentar; Inflação; Zona Leste; Manaus.

Abstract

The objective is to analyze the effects of food inflation on food security in the East Zone of Manaus (AM), understanding it as a concrete expression of the socio-spatial inequalities that permeate the right to food. It is based on the understanding that food security constitutes a fundamental principle for ensuring regular and permanent access to healthy and adequate food. However, this notion becomes more complex when related to food sovereignty, as it articulates economic, social, political, and cultural dimensions that materialize unequally across spaces. Thus, this study aims to contribute to the debate on hunger and its multiple determinations, focusing on the socioeconomic particularities that structure the food reality in the East Zone of Manaus.

Keywords: Hunger; Food Security; Inflation; East Zone; Manaus.

¹ Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: pamelaoliveira1334@gmail.com.

² Professor Substituto do Departamento de Geografia e Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: fernando.monteirogeo@gmail.com.

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar os impactos da inflação de alimentos sobre a segurança alimentar na Zona Leste de Manaus, destacando-se a transição conceitual e política da noção de segurança para a de soberania alimentar como eixo central para a efetivação do direito humano à alimentação adequada. Conforme aponta Silva (2020), o conceito de segurança alimentar, amplamente difundido no pós-Segunda Guerra Mundial, estrutura-se a partir da garantia de acesso regular e permanente a alimentos, com ênfase na dimensão produtiva e na disponibilidade alimentar como prerrogativas do desenvolvimento nacional.

No contexto brasileiro, a reflexão proposta por Castro (1984) reposiciona o debate ao evidenciar que a fome não decorre, em essência, da escassez de alimentos, mas sim da má distribuição destes e das estruturas que perpetuam a desigualdade. A segurança alimentar, tal como delineada na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (1986), passa a incorporar não apenas a disponibilidade e o acesso, mas também os aspectos nutricionais e os impactos dos alimentos sobre a saúde da população. Já na década de 1990, sob influência da FAO, esse escopo é ampliado para abarcar o direito humano à alimentação e, de maneira mais incisiva, o princípio da soberania alimentar, cuja centralidade repousa na responsabilização do Estado e na valorização dos sistemas alimentares locais.

No Brasil, políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram formuladas com o intuito de fomentar a agricultura familiar e assegurar o fornecimento de alimentos às instituições públicas. Apesar disso, a insegurança alimentar permanece como expressão concreta das desigualdades estruturais, intensificadas, nos últimos anos, pela pandemia de COVID-19 e pelos efeitos da desvalorização cambial, que repercutiram diretamente na elevação dos preços dos alimentos e, por conseguinte, no comprometimento do acesso a uma alimentação adequada pelas populações mais vulnerabilizadas.

Esse quadro impõe a necessidade de se compreender as múltiplas determinações que atravessam a insegurança alimentar em espacialidades periféricas, como é o caso da Zona Leste de Manaus, região historicamente marcada por precariedades urbanas, carência de políticas públicas e processos de exclusão socioespacial (Corrêa, 2000). De acordo com dados da Rede PENSSAN (2021), 52% da população brasileira já enfrentava dificuldades de acesso regular a alimentos de qualidade, percentual que tende a ser ainda mais expressivo em contextos urbanos periféricos, como os que compõem a dinâmica social e territorial da capital amazonense.

Dessa forma, este artigo busca contribuir para o aprofundamento do debate em torno da fome, da inflação de alimentos e das desigualdades socioespaciais, tomando a Zona Leste de Manaus como recorte empírico para evidenciar a complexidade das articulações entre segurança alimentar e soberania alimentar, em sua dimensão econômica, política e cultural.

Políticas públicas, segurança alimentar e nutricional no Brasil

**“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM
ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS
(AM)**

A fome, compreendida como um problema estrutural, surge das desigualdades sociais, de classe, raça e gênero. Esse problema requer abordagens que sejam ao mesmo tempo estruturais e emergenciais para sua mitigação. Josué de Castro, em sua obra seminal "Geografia da Fome" de 1946, trouxe a questão da fome para o centro das discussões políticas e sociais no Brasil e internacionalmente, destacando seu aspecto político e socioeconômico (Andrade, 2003).

Segundo Valente (2003), o conceito de fome no Brasil é multifacetado, podendo ser percebido de maneiras distintas pelos diversos segmentos da população. Este conceito abrange desde a sensação fisiológica comum da necessidade de comer até as manifestações mais extremas associadas à pobreza e à exclusão social.

A fome manifesta-se em diversas situações cotidianas, tais como:

Ver os filhos passarem fome é passar fome. Comer lixo é passar fome. Comer o resto do prato dos outros é passar fome. Passar dias sem comer é passar fome. Comer uma vez por dia é passar fome. Ter que se humilhar para receber uma cesta básica é passar fome. Trocar a dignidade por comida é passar fome. Ter medo de passar fome é estar cativo da fome. Estar desnutrido também é passar fome (Valente, 2003, p. 57).

Ao expressar a fome em seus estudos, Josué de Castro direcionou o Brasil para a agenda da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, com o objetivo de discutir, refletir e construir ações para tratar a fome como um problema fruto das desigualdades sociais e do acesso ao alimento. O autor contribuiu para que o Brasil se dirigisse para as primeiras políticas alimentares no país (Schappo, 2021).

Dito isso, o conceito de soberania e insegurança alimentar recebeu inúmeras modificações no decorrer dos anos. Para o Estado, a política de segurança alimentar e nutricional – SAN, é composta no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, dado pela lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, que estipula as definições, princípios e diretrizes e objetivos para o sistema, através do poder público e a sociedade civil – para que o sistema possa implementar ações, políticas e programas na garantia de assegurar o direito humano à alimentação adequada (Filipak, 2014, p. 9).

Nas décadas de 1980 e 1990, o conceito de segurança alimentar evoluiu para abranger não apenas a garantia de acesso físico e econômico a alimentos em quantidade suficiente por todas as pessoas de forma permanente, mas também reconheceu que a principal causa da insegurança alimentar está na falta de acesso e de recursos necessários para a aquisição de alimentos e ao acesso à renda. O conceito então passou a incluir a importância do acesso a alimentos seguros, de qualidade, nutricionalmente adequados e livres de contaminação, evoluindo para o que hoje chamamos de Segurança Alimentar e Nutricional (DHAA, 2013, p. 6).

Importante destacar que o conceito de segurança alimentar e nutricional engloba duas dimensões principais. A primeira, alimentar, diz respeito à disponibilidade da produção, comercialização e acesso ao alimento. A segunda, nutricional, relaciona-se à escolha, ao preparo dos alimentos e à sua relação com a saúde. Além dessas dimensões, o conceito abarca também a soberania alimentar, que sustenta o direito de cada nação de definir suas próprias políticas de segurança alimentar e nutricional para seus povos, ressaltando a importância

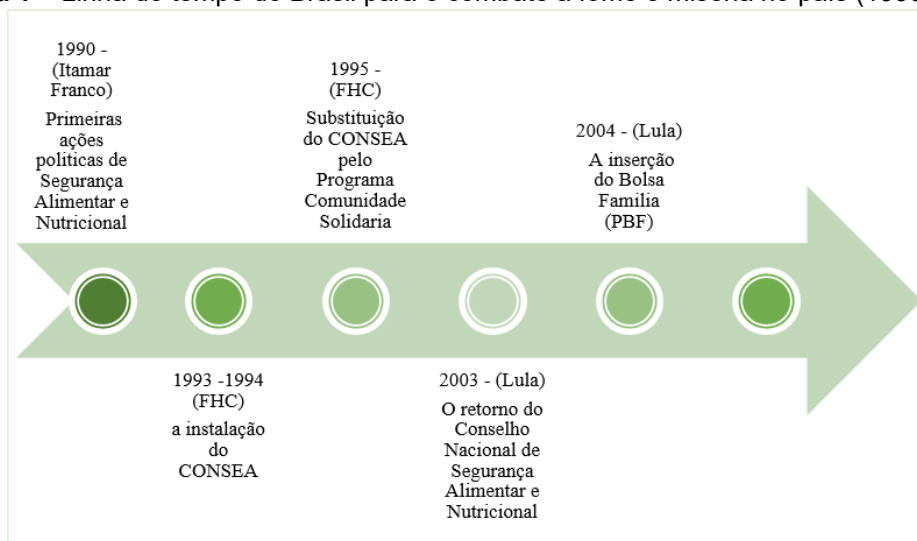
“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

da autonomia e da adequação cultural nas práticas alimentares (DHAA, 2013; CONSEA, 2003).

Desde 1990, o Brasil direciona esforços para combater a fome e a miséria no país. É neste período que se inicia uma mobilização conjunta entre o Estado e a sociedade civil para a criação do primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar. De acordo com Sordi (2019, p. 34), o contexto e as ações políticas relacionadas à fome em 1990 incluem: o Governo Paralelo; a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida; a proposta do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) pelo Partido dos Trabalhadores (PT); a instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) por Itamar Franco, entre 1993 e 1994, que posteriormente foi substituído pelo Programa Comunidade Solidária (PCS) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995.

Em 2003, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) retomou as articulações de políticas públicas. Adicionalmente, a partir de 2004, foram implantados programas de transferência de renda em âmbito nacional, como o Bolsa Família. Este programa estabeleceu o pagamento de R\$ 50,00 para famílias em situação de extrema pobreza e R\$ 15,00 por criança nascida em famílias em condições de pobreza e/ou extrema pobreza. É fundamental identificar as famílias em extrema pobreza, que vivem em condições sanitárias precárias, seja nas ruas ou em barracos. Em 2003, essas famílias tinham uma renda de até R\$ 50,00 por pessoa, enquanto, em 2021, esse valor foi ajustado para R\$ 89,00 mensais per capita. Por outro lado, as famílias consideradas em situação de pobreza possuem rendimentos um pouco superiores, mas ainda insuficientes para acessar todos os bens sociais, que são direitos de todo cidadão. Em 2003, eram classificadas como pobres as famílias com renda mensal de até R\$ 100,00 por pessoa. Em 2021, esse valor aumentou para R\$ 178,00. É importante ressaltar que, naquele momento, o salário mínimo era de R\$ 192,00, e as famílias cuja renda per capita não atingia sequer 20% do mínimo considerado digno para o trabalhador foram classificadas como pobres (Fome Zero, 2010; Sordi, 2019; Diário Oficial da União, 2021).

Figura 1 – Linha do tempo do Brasil para o combate à fome e miséria no país (1990-2004).



Elaboração: Os autores (2025).

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

Neste primeiro momento, o Brasil avança na consolidação de experiências derivadas de políticas públicas e programas sociais. Estes, por sua vez, tornam-se instrumentos fundamentais para a erradicação da fome e da pobreza, fornecendo um arcabouço de conhecimento crucial para o manejo desses fenômenos no país (Figura 1). É ainda perceptível que democracia, estado e sociedade desempenham papéis essenciais no conjunto de políticas sociais voltadas ao combate à fome. Um exemplo é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, criado pelo então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA). Este programa visa incentivar a agricultura familiar através da compra direta de produtos de pequenos agricultores. O PAA, juntamente com o Programa Bolsa Família (PBF), são ações integrantes do Fome Zero, estratégia que delineou a estrutura de combate à fome e à pobreza no país (Diniz, 2016; Filipak, 2014; Silva, 2006).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei 11.947/2009, gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC), visa normatizar a alimentação na rede de educação básica pública. Baseia-se no direito à alimentação adequada e promove a transferência de recursos financeiros, correspondendo a 30% do aporte federal, aos Estados, Municípios e Distrito Federal para a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar (Filipak *et al.*, 2014, p. 9).

É fundamental ressaltar que a questão da fome está intrinsecamente ligada à capacidade de implementação de políticas públicas eficazes na regulação dos circuitos alimentares. Assim, segurança alimentar e soberania alimentar são conceitos que avançam juntos no processo de democratização do país. Importante questionar, portanto, pois essas políticas não operam isoladamente, estando entrelaçadas ao processo de construção político, social e histórico do Brasil. Além disso, políticas dessa natureza são cruciais para assegurar a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para o desenvolvimento educacional, rural e institucional em esferas políticas, econômicas e sociais.

De acordo com o relatório de 2014 sobre o estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, pode-se considerar o processo de políticas e programas sociais relacionados à fome:

Os avanços no combate à fome e pobreza decorrem, na análise apresentada no Relatório da FAO, da priorização da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) a partir de 2003, com destaque ao lançamento da Estratégia Fome Zero, à recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Consea, à institucionalização da política de SAN e à implementação, de forma articulada, de políticas de proteção social e de fomento à produção agrícola (Relatório, 2014, p. 6).

Apesar dos avanços voltados ao combate à fome e à desnutrição no Brasil, ainda que de maneira lenta, houve resultados positivos para o país, que se encontrava em situação de fome e de pobreza em 2014. Tal progresso representou um marco histórico ao excluir o Brasil do Mapa da Fome, conforme registrado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) naquele mesmo ano (Sordi, 2019).

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

Destaca-se também que o relatório de Segurança Alimentar no país, referente a 2014, evidenciou os avanços decorrentes dos esforços e experiências acumuladas pelos programas políticos desenvolvidos para combater a fome e a pobreza no país. Essas iniciativas, de forma conjunta, contribuíram para a democratização das políticas e programas sociais à população. Embora possam parecer distintas e técnicas a órgãos e gestões específicas, na verdade, elas devem ser consideradas como integrantes de um único sistema, contextualizadas no quadro político, social e econômico que o Brasil começa a enfrentar a partir de 2020.

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) observou, no ano de 2020, que cerca de 116 milhões de pessoas enfrentavam algum grau de insegurança alimentar, número que aumentou para aproximadamente 125,2 milhões no mesmo ano. Esses cenários são resultados das questões políticas, econômicas e sociais presentes no Brasil.

É importante ressaltar também que essas consequências foram exacerbadas pelos efeitos da Covid-19, que levou ao desmantelamento de políticas públicas nos últimos anos. Entre esses processos de desmobilização das políticas públicas, destaca-se a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), exemplificando as dificuldades no combate à fome e na garantia de soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil, o que intensificou a condição de populações famintas no país, situação essa que havia sido revertida em 2014.

Não obstante, a população brasileira vem testemunhando as instabilidades das políticas econômicas e sociais, sobretudo, na desestruturação dos programas e políticas públicas e no ajuste fiscal. Com a justificativa de que o Estado tinha outras prioridades, isso significou um obstáculo para a operacionalização das políticas públicas e programas sociais, envolvendo ações financeiras, repasses e cortes.

Tabela 1 – Valores transferidos para o PNAE e repasses para o PAA (2011- 2017).

Ano	Valor total transferido do FNDE	Valor aquisições da agricultura familiar	%
2011	R\$ 2.990.297.175,20	R\$ 234.670.508,55	7,85%
2012	R\$3.218.920.826,00	R\$ 366.611.838,48	11,39%
2013	R\$3.539.356.603,40	R\$ 637.722.661,32	18,02%
2014	R\$ 3.329.109.837,20	R\$ 719.384.367,45	21,61%
2015	R\$ 3.762.308.428,56	R\$ 858.570.675,64	22,82%
2016	R\$ 3.882.673.284,31	R\$ 858.777.139,55	22,12%
2017	R\$ 3.918.241.887,80	R\$ 846.788.086,68	21,61%

Fonte: Ribeiro e Pereira (2020); FNDE (2023). **Organização:** Os autores (2025).

O panorama atual do Brasil, no que tange aos valores transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e os subsequentes repasses para a Aquisição de Gêneros Alimentícios oriundos da agricultura familiar, demonstra um investimento abaixo do percentual estabelecido por lei. Segundo a Lei nº 11.947, de 2009, ao menos 30% do valor repassado ao PNAE deve ser destinado à compra direta de produtos da agricultura familiar (Ribeiro e Pereira, 2020). Esta

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

normativa evidencia que estados e municípios não aplicaram integralmente os recursos fornecidos pelo FNDE para a aquisição de gêneros alimentícios.

É relevante destacar a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), financiado por recursos repassados por Unidades Gestoras do Programa, como a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Estes repasses são vitais tanto para os fornecedores beneficiários, ou seja, os agricultores familiares, quanto para as instituições receptoras dos produtos alimentícios. Assim, o PAA promove a disponibilidade de alimentos tanto no campo quanto na cidade, fortalecendo a comercialização da agricultura familiar e contribuindo para a segurança alimentar e nutricional da população.

A insegurança alimentar em áreas rurais afeta 60% dos domicílios, com 18,6% dessas residências enfrentando fome, de acordo com o II Inquérito de Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN). Ademais, observa-se que 21,8% dos lares de agricultores familiares e pequenos produtores rurais sofrem com a fome.

A tabela abaixo ilustra os orçamentos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ressaltando a importância desses investimentos e da compra de produtos do PAA na geração de renda para esse segmento da população. Carlos Eduardo Leite, do Núcleo Executivo da Articulação de Agroecologia (ANA), aponta que programas como o PAA são políticas essenciais que suportam o agricultor familiar, proporcionando condições mínimas para a continuidade de sua produção (Tabela 2).

Tabela 2 – Orçamentos investidos para o PAA.

Ano	Orçamento do PAA	Valor empenhado	Valor pago	Nº de famílias atendidas
2014	R\$1.013.740.000	R\$804.714.689	R\$430.055.855	109.29
2015	R\$609.360.875	R\$495.170.050	R\$342.435.203	95.956
2016	R\$526.829.061	R\$516.505.397	R\$222.255.224	78.550
2017	R\$311.981.155	R\$287.984.825	R\$123.032.216	66.503
2018	R\$296.680.465	R\$295.081.206	R\$118.384.662	54.671
2019	R\$258.658.818	R\$257.315.353	R\$97.757.673	44.053

Fonte: Ministério da cidadania, via lei de acesso à informação (2022). **Organização:** Os autores (2025).

Nota-se que, no ano de 2019, houve uma diminuição significativa nos valores executados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cerca de 77,3% em comparação com o ano de 2014. Evidencia-se também uma redução no número de famílias atendidas ao longo dos últimos anos.

De acordo com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), observou-se uma diminuição nas dotações finais destinadas à Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, significando uma redução na compra de produtos alimentares oriundos desta para programas sociais. O estudo da ANA (2022) revela que os recursos destinados a essas aquisições sofreram uma diminuição progressiva, alcançando cerca de R\$642 milhões a partir de 2015. Em contraste, nos anos de 2012 a 2014, esses recursos totalizavam aproximadamente R\$1,3 bilhão. Avançando para o ano de 2019, os valores foram ainda mais reduzidos, situando-se em R\$168 milhões. Em 2021, este valor atingiu R\$135 milhões, montante considerado insuficiente para a efetivação dessa política pública.

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

É crucial enfatizar que o PAA, criado para combater a insegurança alimentar, e demais programas de políticas públicas voltados à segurança alimentar e nutricional (SAN), sofreram impactos negativos. Tais orçamentos devem ser considerados investimentos essenciais, visto que existe uma parcela da população que enfrenta a insegurança alimentar, exacerbando a problemática no país.

Um estudo conduzido pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia (2021, p. 15) destaca que:

A crise política também afetou a agenda da alimentação por meio do enfraquecimento da estrutura institucional e de importantes políticas e programas de promoção da produção da agricultura familiar, que se expressa no fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2016) e no baixo investimento no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O enfraquecimento destas políticas, reconhecidas mundialmente como ações exitosas que contribuem para a meta de erradicação da fome, sendo importantes impulsionadoras da saída do Brasil do Mapa da Fome da FAO, em 2014, dificulta que os indivíduos mais pobres tenham acesso a alimentos.

O Programa Bolsa Família (PBF) é amplamente reconhecido como um marco nas políticas públicas brasileiras, especialmente no combate à pobreza e à extrema pobreza. Desde a sua implementação em 2003 até o ano de 2021, por um período de 18 anos, o PBF desempenhou um papel crucial no suporte e complementação da renda de aproximadamente 14 milhões de famílias, promovendo o acesso à alimentação e incentivando a dinamização da economia local através de transferências diretas de renda.

Entretanto, após quase duas décadas de operação, o PBF chegou ao fim, sendo substituído pelo Programa Auxílio Brasil pelo Governo Federal. Esta substituição marca uma nova fase nas estratégias de assistência social e na tentativa de endereçar as questões de pobreza no país. É fundamental reconhecer que, apesar do Brasil ser um país com uma produção agrícola abundante, o desafio principal reside na distribuição de renda, o que impacta diretamente na segurança alimentar da população. O Programa Bolsa Família atuou significativamente nesse aspecto, demonstrando que a falta de comida não é o problema central, mas sim a falta de renda para adquiri-la.

Tabela 3 – Evolução dos valores disponibilizados do PBF (2014-2018)

Ano	Mês/ano	Valores transferidos	Mês/ano	Valores transferidos
2013	-	-	12/2013	R\$2.139.325.691,00
2014	01/2014	R\$ 2.110.618.798	12/2014	R\$2.367.019.543,00
2015	01/2015	R\$2.342.594.866,00	12/2015	R\$2.270.795.927,00
2016	01/2016	R\$2.252.639.821,00	12/2016	R\$2.458.172.701,00
2017	01/2017	R\$2.426.682.591,00	12/2017	R\$2.480.967.459,00
2018	01/2018	R\$2.498.595.600,00	12/2018	R\$2.641.616.078,00

Fonte: Portal de Transparência. Gov. Federal (2022). **Organização:** Os autores (2025).

Acima apresentamos um panorama conciso dos valores repassados pelo Programa Bolsa Família (PBF), visando demonstrar os recursos disponibilizados

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

às famílias beneficiadas, especificamente nos meses de janeiro e dezembro, de 2013 a 2018 (Tabela 3). Observa-se que, em 2013, ocorreu uma defasagem nos recursos de janeiro; entretanto, a falta desses dados no portal de transparência não impede a análise dos anos subsequentes.

A extinção de programas sociais intensificou a situação de fome e pobreza no país, retornando a níveis extremamente elevados. Conforme o relatório "Food for Justice" (2021), a população beneficiária do Bolsa Família e do Auxílio Emergencial registrou os maiores índices de insegurança alimentar. A realidade de 32,7% dos lares é conviver com a fome mesmo recebendo esses recursos, contra 29,4% dos lares que não os recebem (Rede PENSSAN, 2022).

Ressalta-se que o Auxílio Brasil não tinha relação com o Bolsa Família; ao contrário, visava desativar a rede de proteção social anterior. Ademais, com a mudança para "Alimenta Brasil", o programa altera os critérios de destinação dos recursos, que anteriormente priorizavam regiões com maiores índices de pobreza. Com as novas práticas, os orçamentos passam a ser vinculados às emendas do relator, tornando os repasses dependentes das vontades políticas dos parlamentares e do governo (Ana, 2022, p. 27).

O papel do Estado frente a essa situação foi marcado por um discurso público de negação da fome, desconsiderando um problema que afeta 33,1 milhões de pessoas, conforme dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil (II VIGISAN). Negar a existência de um fenômeno implica na ausência de responsabilidade em solucioná-lo.

Isso resultou na redução de políticas públicas e programas sociais, e até na extinção de alguns, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), desativado em 2019. Esse conselho tinha a função de assegurar políticas de Segurança Alimentar e Nutricional à população brasileira (Sordi, 2023).

Cesta básica, renda e inflação dos preços dos alimentos no Brasil

O salário mínimo no Brasil foi estabelecido em 1936, regulamentado pela Lei nº 185 e posteriormente determinado pela Lei nº 399, de abril de 1938, com seus valores sendo fixados em 1940, durante o Estado Novo (1937–1945). Conforme o primeiro artigo da Lei nº 185:

Todo trabalhador tem direito, em pagamento do serviço prestando, num salário mínimo capaz de satisfazer, em determinada região do país e em determinada época, das suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (Brasil, 1936, n.p).

No Brasil, a renda é frequentemente medida pelo salário mínimo, representando a quantia que a classe trabalhadora recebe em troca de sua força de trabalho. Contudo, é crucial enfatizar que nem todos os trabalhadores possuem renda de trabalho formal. Aproximadamente 40% da população brasileira está envolvida com o trabalho informal, com destaque para a Região Norte (PNADC/IBGE, 2022).

O número de trabalhadores informais no país, em 2022, teve um aumento significativo, com um acréscimo total de 559 mil indivíduos recorrendo à informalidade para obter renda, somando 25 milhões de pessoas trabalhando

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

por conta própria. Este dado ressalta também que houve um aumento considerável no número de desempregados no trimestre de 2022 (IBGE, 2022). Em 2021, 62,9 milhões de pessoas viviam com uma renda domiciliar per capita de R\$ 497, o que representa 29,6% da população brasileira, um aumento de 9,6 milhões de pessoas em comparação a 2019 (Neri, 2022).

Diante desse panorama, percebe-se a importância de uma renda que atenda às necessidades das famílias brasileiras para garantir uma alimentação adequada, bem-estar e segurança alimentar, além de retirá-las da linha de pobreza. Famílias com renda domiciliar baixa estão mais vulneráveis à insegurança alimentar, devido às limitações em adquirir alimentos em quantidade e qualidade suficientes.

Desde 2020, o Brasil enfrenta desafios relacionados à saúde devido à pandemia de Covid-19 e à inflação dos alimentos. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou que, em 2019, a inflação estava acima de 4,31%, reduzindo para 4% em 2020 e para 3,75% em 2021, atendendo à meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) do Banco do Brasil, após um período de alta. Em 2019, o salário mínimo era de R\$ 998,00, enquanto o custo da cesta básica, de acordo com a pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em 17 capitais brasileiras, era aproximadamente R\$ 443,20.

As variações nos preços dos alimentos podem ser atribuídas a fatores internos e externos, conforme explica o relatório do Dieese (2023, p.3):

A ausência de políticas - de estoques reguladores, de subsídios aos preços dos produtos ou mesmo a falta de investimento em agricultura familiar - fez com que a trajetória dos preços continuasse em alta. Do lado da oferta, os principais motivos das altas foram o conflito externo entre Rússia e Ucrânia e a dificuldade de escoar a produção de trigo e óleo de girassol; o encarecimento dos custos de produção do leite no campo; a elevação de preço dos fertilizantes; o clima seco devido ao fenômeno La Niña; e a manutenção da taxa de câmbio em alto patamar, medida que estimulou a exportação.

Ademais, o aumento das exportações de *commodities* agrícolas, conjuntamente com o crescimento do desemprego e do subemprego, além da desvalorização do real, são fatores que restringiram o acesso físico a alimentos saudáveis e nutritivos para as famílias brasileiras, exacerbando a insegurança alimentar. Esse encarecimento dos alimentos impacta de maneira desproporcional as famílias de baixa renda, que dedicam uma maior parcela de seus rendimentos para alimentação. Tal cenário não apenas diminui o poder de compra da classe trabalhadora, mas também a conduz a substituir itens alimentares por alternativas mais acessíveis e de menor qualidade nutricional.

Como Anjos (2022, p.8) esclarece:

[...] inflação torna a vida do trabalhador ainda mais dramática, reduzindo constantemente as quantias mínimas para a subsistência da classe trabalhadora e dos demais grupos explorados. A inflação também contribui para diminuir o valor do salário e transferir maior quantidade de dinheiro para o capital, cobrando mais pela mesma quantidade de produto vendido e diminuindo o poder de compra do salário.

Diante do aumento dos preços dos alimentos e dos bens e serviços essenciais, as famílias veem-se obrigadas a repensar seus investimentos em

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

aspectos importantes como moradia, saúde e educação, que são fundamentais para o bem-estar da população. O quadro inflacionário tende a afetar de forma desproporcional os segmentos mais vulneráveis da população, aprofundando as desigualdades sociais. As famílias de baixa renda, que já possivelmente enfrentam dificuldades para atender às suas necessidades básicas, tornam-se ainda mais suscetíveis aos efeitos da inflação alimentar.

A discrepância entre a renda disponível e o aumento dos preços dos alimentos pode conduzir as famílias à insegurança alimentar, comprometendo o acesso regular a uma dieta saudável e nutritiva. Além disso, a realocação de recursos para cobrir os custos crescentes com alimentos pode resultar na diminuição dos investimentos em saúde e educação, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e pobreza. Nesse contexto, políticas públicas eficazes tornam-se cruciais para mitigar os impactos socioeconômicos negativos provocados pela inflação dos alimentos. É fundamental que o Estado adote medidas para o fortalecimento da agricultura familiar e o incentivo à produção sustentável de alimentos, visando diminuir a dependência externa do país. Adicionalmente, programas de transferência de renda direcionados às famílias de baixa renda podem ajudar a aliviar os efeitos da inflação, permitindo que destinem recursos a outras necessidades essenciais, como moradia e educação.

A cesta básica constitui uma representação fundamental dos alimentos e itens de consumo indispensáveis para suprir as necessidades básicas de uma família ao longo de um mês. Em um contexto inflacionário, o custo dos alimentos e bens de consumo se torna preocupante tanto em âmbito nacional quanto local. A inflação dos produtos alimentícios no Brasil é um fenômeno complexo, influenciado por fatores internos e externos. Assim, desde o início da década de 1930, a cesta básica passou a ser objeto de discussões por Josué de Castro, que destacou a importância dessa questão como “o início de uma nova era”. Desde então, estudos e pesquisas têm sido realizados para compreender as condições socioeconômicas e alimentares da população (Di Tarantino, 1993, *apud* Moraes e Schor, 2010, p. 79).

No cenário nacional, a dinâmica econômica, a oferta e a demanda por alimentos, as variações climáticas, os custos de produção e distribuição, bem como as oscilações nas taxas de juros impactam diretamente os preços dos alimentos que compõem a cesta básica. No âmbito local, fatores regionais também são relevantes. As especificidades da agricultura local, as condições de logística, transporte e distribuição, além da concentração de fornecedores e produtores em determinadas áreas geográficas, podem influenciar os preços dos produtos alimentares em escala regional.

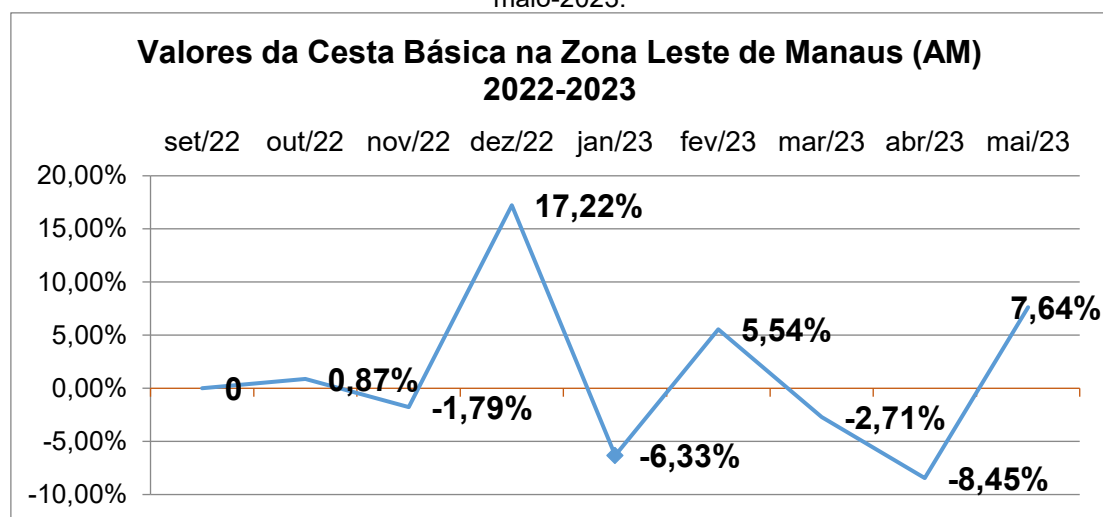
A cesta básica se torna uma métrica importante para avaliar o poder de compra da população. O aumento dos preços dos itens básicos pode afetar significativamente a qualidade de vida das famílias, especialmente aquelas de baixa renda, que destinam uma maior parcela de seus recursos para a aquisição desses produtos essenciais. A inflação alimentar pode exacerbar a insegurança alimentar em níveis nacional e local. Aqueles que já enfrentam condições precárias de insegurança alimentar podem ser ainda mais impactados pelo aumento dos preços dos alimentos básicos, tornando o acesso regular e adequado a uma alimentação saudável e nutritiva um desafio ainda maior para as famílias vulneráveis, aumentando a vulnerabilidade social e acentuando as desigualdades.

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

Nesse quadro, buscar compreender o impacto da inflação alimentar nas populações residentes na Zona Leste de Manaus - AM, uma região caracterizada por problemas de infraestrutura, carência de saneamento, pobreza e má nutrição (GeoManaus, 2002) é de suma importância. A análise monitorou no período de setembro de 2022 a maio de 2023 as variações de preços da cesta básica com base em relatórios de pesquisa publicados pelo NEPE (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Economia), da Universidade Estadual do Amazonas.

A cesta básica para a região do Amazonas inclui 12 itens essenciais, como carne, leite, feijão, arroz, farinha d'água, tomate, pão francês, café em pó, banana, açúcar, óleo e manteiga, com quantidades definidas pelo DIEESE. É importante ressaltar que as oscilações nos preços dos produtos alimentares da cesta básica do Amazonas, especialmente para a Zona Leste, seguem os critérios estabelecidos pela metodologia do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Gráfico 1 – Variação da cesta básica na zona Leste de Manaus (AM) no período de set-2022 a maio-2023.

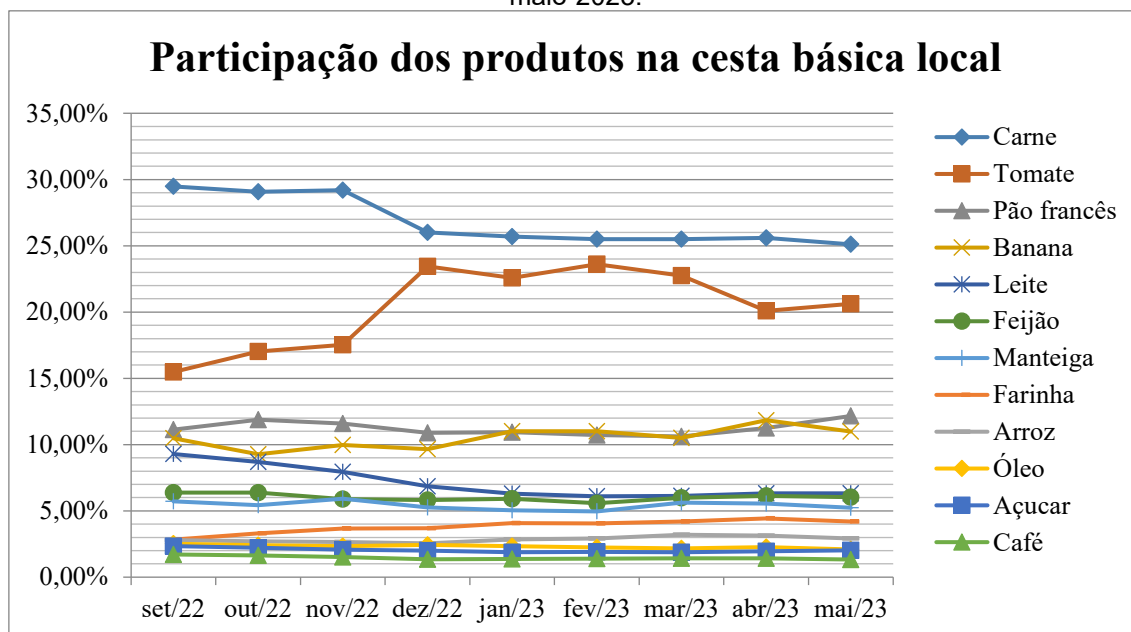


Fonte: NEPE (2023). **Elaboração:** Os autores (2025).

Os dados analisados indicam as flutuações mensais nos custos da cesta básica no período de setembro de 2022 a maio de 2023. Observa-se uma variação negativa de 1,79% de outubro para novembro, seguida por um acréscimo expressivo de 17,22% em dezembro (Gráfico 1). Em janeiro de 2023, registrou-se uma diminuição de 6,33%, enquanto, de fevereiro a março, houve uma queda de 2,71%. Por último, entre abril e maio, constatou-se uma redução de 8,64%.

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

Gráfico 2 – Participação de cada produto da cesta básica local (AM) no período de set-2022 a maio-2023.



Fonte: NEPE (2023). **Elaboração:** Os autores (2025).

O mês de dezembro de 2022 merece destaque, uma vez que os valores da cesta básica na Zona Leste de Manaus apresentaram a maior variação. Após essa análise dos custos, tornou-se essencial examinar a composição dos produtos alimentares na cesta básica (Gráfico 2). O gráfico subsequente ilustra a participação percentual de cada item na cesta básica da Zona Leste de Manaus (AM) durante o período estudado (2022-2023). Esta visão geral demonstra a contribuição de cada produto para a cesta básica local, refletindo como as famílias atenderam suas necessidades básicas durante esse intervalo.

Em setembro, observou-se que a carne teve a maior participação na cesta básica, segundo dados do NEPE. Em outubro, os preços da farinha, tomate e pão francês sofreram aumentos de 17,32%, 11,41% e 7,36%, respectivamente. Por outro lado, a banana, o leite e a manteiga registraram quedas de 10,96%, 4,89% e 3,68%. Novembro destacou-se pelo aumento no preço da farinha, mantendo-a como o produto com o maior crescimento em relação ao mês anterior, enquanto a banana e a manteiga também tiveram aumentos de 12,64% e 9,25%, respectivamente. O feijão e o açúcar apresentaram diminuições de 7,07%. Em dezembro, os aumentos mais expressivos foram no tomate, óleo e farinha, com variações de 46,72%, 13,76% e 11,08%, respectivamente. Inversamente, o leite, a carne e o café em pó tiveram quedas de 5,21%, 2,36% e 1,96%.

Janeiro de 2023 viu aumentos nos preços da banana, arroz e farinha, com variações de 12,36%, 9,67% e 8,08%, respectivamente. Por outro lado, o leite, o açúcar e a manteiga experimentaram quedas de 9,73%, 7,72% e 5,80%. Em fevereiro, o tomate, arroz e café em pó apresentaram aumentos de 6,99%, 5,38% e 3,83%, respectivamente, enquanto o feijão, óleo e leite registraram quedas de 3,56%, 2,23% e 0,81%. Março foi marcado por aumentos significativos na manteiga, arroz e feijão, com variações de 13,24%, 9,45% e 7,41%. A banana, o tomate e o óleo, no entanto, tiveram quedas de 4,62%, 3,67% e 2,84%. Abril

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

observou os maiores aumentos na banana, no pão francês e na farinha, com variações de 6,73%, 0,26% e 0,11%, respectivamente. Em contrapartida, o tomate, arroz e manteiga apresentaram quedas de 16,37%, 7,02% e 6,25%. Em maio de 2023, o tomate, o açúcar e a banana foram os produtos com maior aumento, apresentando variações de 9,32%, 4,87% e 4,24%. Em contraste, o óleo, o arroz e o café em pó tiveram quedas de 6,17%, 5,96% e 5,27%.

A análise descritiva dos produtos alimentares na cesta básica revela a importância da carne em setembro, destacando sua relevância na dieta das famílias da região. As subseqüentes flutuações de preço de diversos produtos ao longo dos meses refletem a complexidade das dinâmicas de mercado, influenciadas por fatores econômicos, climáticos e sazonais. A elevação nos preços de itens essenciais, como carne e farinha, pode impactar diretamente o orçamento familiar, afetando a segurança alimentar. Em contrapartida, a redução nos preços de produtos como banana e leite oferece algum alívio em um contexto de inflação alimentar, embora os preços possam permanecer altos, afetando negativamente o poder de compra.

Em resumo, esta análise descritiva enfatiza a importância de monitorar as dinâmicas de preços dos alimentos na cesta básica na Zona Leste de Manaus - AM, como meio de enfrentar desafios econômicos e sociais.

O processo de aquisição de alimentos na Zona Leste de Manaus

O processo de aquisição de alimentos desempenha um papel fundamental na segurança alimentar e na qualidade de vida das pessoas. Nesse cenário, as feiras livres e as redes de supermercados são componentes essenciais na cadeia de abastecimento alimentar, fornecendo diversidade e opções de produtos alimentares. É relevante enfatizar que tanto as feiras quanto os supermercados estão relacionados ao alimento, à segurança alimentar, aos agentes socioeconômicos e culturais, à identidade e ao gosto, ou seja, à soberania alimentar. Dessa forma, ambos representam locais importantes para as populações abastecidas (Cruz *et al.*, 2022).

Dessa maneira, os supermercados desempenham um papel essencial na economia brasileira, sendo responsáveis por suprir as necessidades de consumo diário de milhões de pessoas em todo o país. No Brasil, os supermercados têm evoluído de forma contínua ao longo das últimas décadas, acompanhando as transformações socioeconômicas do país. O surgimento e a expansão dessas redes estão relacionados ao crescimento urbano e ao aumento da demanda por produtos domésticos e alimentícios.

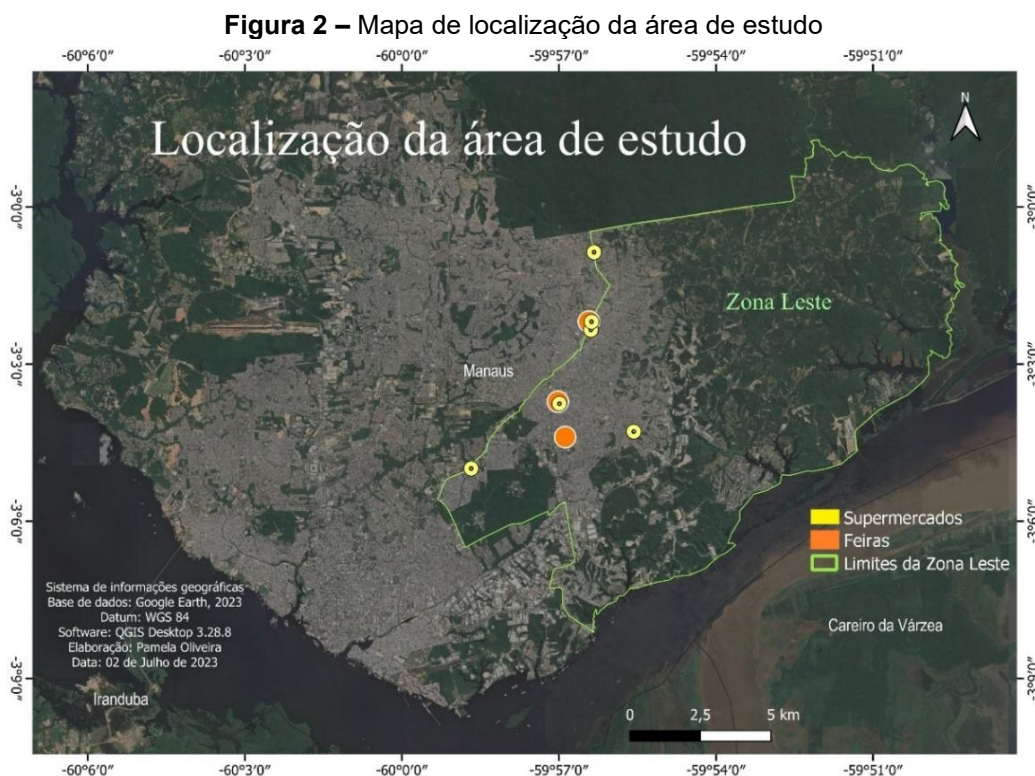
Os alimentos e produtos diversos comercializados nas redes de supermercados permitem que o consumidor adquira seus produtos sem a necessidade de consultar o vendedor, apenas visualizando e comparando os preços e decidindo o produto que satisfaz suas necessidades diárias (Moreira, 2018). A formação dos supermercados surge como estabelecimentos tradicionais para as famílias realizarem suas compras cotidianas. Por outro lado, as feiras expandem-se nas formas de varejo e abastecimento alimentar do país, mantendo-se resistentes sob a concorrência das grandes cadeias de supermercados e ao processo capitalista expansionista (Dourado, 2012). Apesar disso, são espaços em que produtores locais, comerciantes e compradores comercializam diretamente seus produtos frescos, regionalizados e, muitas vezes, cultivados de forma tradicional, ao mesmo tempo em que promovem a

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

geração de renda para as comunidades locais e a preservação da cultura tradicional.

Seguindo essa perspectiva, é imprescindível discutir o papel dos supermercados e feiras no processo de aquisição de alimentos, especialmente na Zona Leste de Manaus, com o objetivo de analisar e compreender como estes locais desempenham um papel substancial na disponibilidade, acessibilidade e diversidade de alimentos para os residentes desta área. Além disso, é necessário assimilar fatores que influenciam nas escolhas dos consumidores entre supermercados e feiras, considerando aspectos como preço, qualidade, conveniência, relações socioeconômicas e culturais, envolvidos na segurança e soberania alimentar.

Para isso, optou-se por estudar três feiras: Feira do Zumbi, Feira do São José e Feira do Produtor. Também foram analisadas três redes de supermercados: Supermercado Vitória, Baratão da Carne e Atacadão, todos localizados em vias principais e em estratégias comerciais no âmbito da Zona Leste de Manaus (AM) (Figura 2).



Fonte: Google Earth (2023). **Elaboração:** Os autores (2023).

A escolha dos supermercados e feiras parte do princípio de que estes dois blocos, embora distintos, estão intrinsecamente ligados um ao outro no processo de aquisição de alimentos para as famílias e residentes em diferentes regiões do mundo. Enquanto os supermercados representam um aspecto moderno e globalizado, as feiras refletem uma tradição milenar no comércio local e a interação direta com o produtor, consumidor e comprador (Agner, 2016).

A delimitação espacial concentrou-se na Zona Leste por ser uma região predominantemente residencial unifamiliar, onde se observa também uma representatividade significativa de atividades econômicas, como comércios e

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

serviços. Exemplos notáveis incluem os bairros São José e Jorge Teixeira, que apresentam uma diversificada concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços (GeoManaus, 2002, p. 85).

A Feira Municipal do Jorge Teixeira I, popularmente conhecida como "Feira do Produtor", destaca-se como um espaço comercial estruturado com 21 barracas e 52 boxes, que disponibiliza uma ampla variedade de frutas, verduras e produtos regionais típicos da Amazônia, sob a gestão da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Centro e Comércio Informal (SEMACC) da Prefeitura de Manaus (2021). A disposição estratégica dos produtos nos boxes e barracas facilita a identificação e a escolha por parte dos consumidores. Além disso, a localização da feira em uma via principal atrai um significativo fluxo de pessoas e veículos, dinamizando o espaço e beneficiando tanto feirantes quanto consumidores.

Conforme relatos obtidos através de conversas informais e entrevistas com feirantes, os produtos alimentícios vendidos na feira provêm diretamente de produtores de Presidente Figueiredo, mostrando a articulação com a Região Metropolitana de Manaus. Dourado (2012, p. 2) ressalta a importância de refletir sobre esses espaços não apenas em termos de suas contradições, mas também considerando suas interações (Figura 3). Assim, torna-se evidente que as feiras desempenham um papel crucial na promoção de uma alimentação mais saudável e nutritiva, não apenas para os consumidores locais, mas também para a população de outras áreas da cidade de Manaus.

Figura 3 – No mosaico: a) feira do Produtor; b) boxes de polpa regionais na Amazônia; c) boxes de frutas e legumes; d) boxes de verduras e legumes.



Foto: Os autores (2023).

A Feira do São José, distinguida pelo seu caráter comercial, revela uma organização peculiar e episódica, funcionando exclusivamente aos domingos, o que a diferencia dos dias úteis, de segunda a sexta-feira. Nos finais de semana, sobretudo aos domingos, a feira toma vida, com as vias de circulação de veículos e pedestres sendo ocupadas por barracas azuis ao longo de dez quarteirões, em uma vibrante atividade comercial que dá forma à Feira do São José.

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

Este espaço não somente atrai consumidores das áreas adjacentes, mas também de diversos bairros de Manaus, alterando significativamente a paisagem urbana. Durante a semana, prevalece o habitual movimento de automóveis e transeuntes; já aos domingos, a cena é transformada pela presença das barracas, vendedores, compradores e visitantes. A Feira do São José emerge, portanto, não apenas como um evento comercial, mas como um fenômeno social construído pelas interações entre consumidores e feirantes, refletindo a essência dinâmica das feiras livres como expressões culturais e sociais locais.

Representando a dualidade da modernidade urbana, com suas notáveis contradições, a feira-livre torna-se um palco de múltiplas relações e experiências. O aspecto das relações de trabalho na feira livre é particularmente fascinante, configurando-se como uma complexa rede de interações (Santos, Ferreira e Santos, 2014, p. 4). Adicionalmente, a Feira do São José se destaca pela sua diversidade comercial, oferecendo uma gama variada de produtos, desde hortifrútis e carnes até itens mais diversificados, como acessórios, cosméticos e produtos eletrônicos, enriquecendo ainda mais a experiência de compra e venda no local (Figura 4).

Figura 4 – No mosaico: a) verduras e legumes; b) barracas de frutas; c) barracas de frutas e verduras; d) barracas cobertas por lonas azuis.



Foto: Os autores (2023).

Com uma extensão notável de aproximadamente 700 metros, o local se transforma em um vibrante ponto de encontro aos domingos, evidenciando a dinâmica singular dessa feira. A preparação para o dia de maior movimento começa já no sábado, quando os feirantes chegam para montar suas barracas e preparar-se para a venda de produtos no dia seguinte. O abastecimento dos variados produtos e alimentos é realizado de maneira independente e autônoma pelos comerciantes e feirantes, oriundos de diferentes áreas da cidade de Manaus, conforme indicado por conversas com participantes do local. Ressalta-se a ausência de uma gestão formal específica para a administração da feira aos domingos, uma característica que reforça a autonomia e a natureza orgânica desse encontro semanal.

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

Figura 5 – No mosaico: a) feira do Zumbi; b) banca de peixes, produto popular na região amazônica.



Foto: Os autores (2023).

Em contraste, a Feira do Zumbi distingue-se notavelmente das feiras do São José e do Produtor (Figura 5 e 6). Caracteriza-se por ser uma feira comunitária, sustentada diretamente pelos esforços conjuntos de comerciantes e consumidores, sem apoio direto da prefeitura ou de qualquer outra entidade administrativa. Através de conversas informais com feirantes locais, descobriu-se que a feira oferece uma rica diversidade de produtos regionais. Notavelmente, muitos destes produtos são abastecidos pela Feira Municipal do Produtor, uma decisão impulsionada pelas necessidades logísticas e de transporte.

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

Figura 6 – No mosaico: a) boxes com diversos produtos, como verduras e legumes; b) boxes com frigoríficos; c) banca com diversos produtos industrializados e regionais; d) banca com produtos regionais e locais.



Foto: Os autores (2023).

O abastecimento nas feiras ocorre predominantemente pela manhã, uma prática que garante a qualidade e o frescor dos alimentos oferecidos. Esta abordagem estratégica para o fornecimento de produtos não apenas preserva suas características regionais, mas também serve para atrair um público variado, interessado na autenticidade dos itens à venda. Através das entrevistas realizadas nestes locais, tornou-se evidente que o comércio em feiras transcende a mera geração de renda para os feirantes; representa, de igual modo, uma essencial fonte de subsistência que sustenta as famílias dos comerciantes, um padrão observado em todas as feiras discutidas neste estudo.

Considerações finais

Diante do exposto, torna-se possível tecer algumas considerações sobre as feiras e os supermercados enquanto espaços centrais no abastecimento alimentar de feirantes, consumidores e comerciantes residentes em seu entorno. As feiras, em especial, sustentam-se por meio de dinâmicas socioeconômicas que valorizam a produção local e o consumo de alimentos saudáveis, sendo também espaços de sociabilidade e geração de renda direta e complementar para agricultores, comerciantes e trabalhadores informais. Ao mesmo tempo, configuram-se como canais de acesso a alimentos de qualidade e com preços mais acessíveis para populações de baixa renda, notadamente em áreas marcadas por restrições de consumo alimentar.

No que se refere à precificação dos alimentos, observa-se que as feiras oferecem produtos frescos, em especial hortifrutigranjeiros regionais, a valores inferiores aos praticados no varejo formal, sobretudo quando há oferta em maior

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

escala e proximidade entre produção e comercialização. Todavia, é preciso considerar as limitações estruturais desses espaços, especialmente no que tange à sazonalidade da produção e à flutuação da oferta ao longo do ano, o que pode comprometer a diversidade alimentar disponível e, por conseguinte, a qualidade nutricional da dieta.

Por outro lado, os supermercados representam, na contemporaneidade, os principais espaços de consumo alimentar urbano, tendo se consolidado como parte constitutiva da rotina cotidiana de grande parcela da população. Sua relevância decorre da ampla oferta de produtos industrializados e in natura, reunidos em um único local, e da sua capacidade de se integrar ao modo de vida urbano moderno. No caso da Zona Leste de Manaus, a expansão das redes supermercadistas acompanha o processo de adensamento urbano e se configura como alternativa de abastecimento para distintas camadas sociais, ainda que com impactos diferenciados conforme a renda familiar.

Apesar das especificidades que caracterizam os supermercados analisados neste estudo, nota-se uma relativa homogeneidade quanto à variedade de alimentos disponíveis, o que reforça sua centralidade no consumo alimentar urbano. Em termos comparativos, tanto as feiras quanto os supermercados são espaços estratégicos no acesso aos alimentos, cada qual com suas funções, contradições e determinações socioespaciais. As feiras remetem à produção local, ao circuito inferior da economia urbana, à sustentabilidade e às redes sociais de proximidade, sendo fundamentais para populações com menor poder aquisitivo. Já os supermercados se distinguem pela diversidade de produtos, pelas condições estruturais e pela praticidade de compra, embora os preços praticados, em especial no que tange aos alimentos de maior valor nutricional, possam ultrapassar a capacidade orçamentária das famílias de baixa renda, aprofundando, assim, os limites de acesso a uma alimentação adequada.

REFERÊNCIAS

AGNER, M. R. **A expansão das redes de supermercado e a dinâmica territorial do varejo agroalimentar em Brasília**. 2016. 108 f. Monografia (Licenciado e Bacharel em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

ANDRADE, C. M. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Ministério da Educação. **Portal de Transparência**. Banco de dados. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. **A Articulação Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro, RJ: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2022. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Brasil-do-flagelo-da-fome-ao-futuro-agroecologico_ANA-2022.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

CONAB. **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**: Resultados das Ações da Conab em 2018. Brasília, 20, p. 1-29, 2019.

CONSEA. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/training/informacoes/InstituicaoCONSEA.aspx>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CRUZ, M. S. RIBEIRO, E. M. PERONDI, M. A. ARAUJO, A. M. MALTEZ, M. A. P. F. Comprando qualidade: costume, gosto e reciprocidade nas feiras livres do Vale do Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, p. 1-20, 2022.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Análise da Cesta Básica**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2023/202306cestabasica.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

DINIZ, F. R.; NETO, N. C.; HESPANHOL, N. A. A Emergência dos Mercados Institucionais no Espaço Rural Brasileiro: Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional. **Geo UERJ**, n. 29, p. 234-252, 2016.

DHAA: **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

DOURADO, J. A. L. Feiras livres e reprodução camponesa: interfaces da relação campo-cidade. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária - Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. 2012, Uberlândia-MG. **Anais [...]**. Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 1-11.

EOA. **Lula recria conselho que ajudou tirar o Brasil ao mapa da fome em 2014**. São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniao/2023/01/06/o-retorno-doconsea-suaimportancia-na-historia-brasileira.htm>> Acesso em: 01 jan.2023.

E SE não fosse o 'fica em casa'? Será que a inflação estaria melhor? **Portal IG**, 2021. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2021-12-23/retrospectiva-2021-fica-em-casa-inflacao.html#:~:text=A%20resposta%20para%20essa%20pergunta,número%20já%20exorbitante%20que%20está>. Acesso em: 14 jul. 2023.

FAO. **O ESTADO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL**. Brasília, 2014.

FILIPAK, A.; ALEIXO, S. S. Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e as relações com grupos étnicos e identitários no campo: negociações e conflitos na formação de Sistemas Agroalimentares Locais. In: Jornada de Estudos Agrários: territórios e movimentos sociais, 2014, Marília, SP.

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

Anais da Jornada de Estudos Agrários: territórios e movimentos sociais. Marília: Editora da UNESP, 2014.

IBGE- Instituto Brasileiro e Estatística Indicadores IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2022_3tri.pdf>. Acesso em: 15 de jul. 2023.

MARQUES P. DOS ANJOS, D. Salários em baixa, Capital em Alta: Acumulação Capitalista no Brasil Contemporâneo. **Revista Enfrentamento**, v. 17, n. 28, p. 26-34, 2022.

MORAES, A. O. SCHOR, T. Redes, rios e a cesta básica regionalizada no Amazonas, Brasil. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 7, p. 79-89, jan./jul. 2010.

MOREIRA. C. C. **Percepções e Escolhas Alimentares de Consumidores em Situações reais de Compra em Supermercado:** uma análise com enfoque no grau de processamento dos alimentos. 2018. 241 f. Tese (Doutorado) – Curso de Nutrição, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

NERI, M. **Mapa da Nova Pobreza.** Rio de Janeiro: FGV Social, 2022 Disponível em: <<https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>>. Acesso em: 10 jul.2023.

PÁGINA inicial. **Preço da CB Manaus.** Disponível em: <http://www.precodacestabasicamaneus.com.br>. Acesso em: 14 jul. 2023.

PENSSAN. **Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar.** Brasil. 2021.

Disponível em:<<https://agroecologia.org.br/wpcontent/uploads/2022/09/Inseguranca-Alimentar-nos-Esatados-Suplemente-I-Rede-Penssan-13-09-2022-1-2.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PORTAL da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-185-14-janeiro-1936-398024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 jul. 2023.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA (BRASIL); CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Portal de Transparência Pública do Governo Federal:** banco de dados. Disponível em:< <https://portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

RELATÓRIO Ambiental Urbano Integrado - GEO Manaus. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/20.500.11822/9094>. Acesso em: 13 jul. 2023.

RIBEIRO. D.D.; PEREIRA. A. W. J. Entraves à Política Pública para Agricultura Familiar (PPAF) Observados pela Lente do Campesinato. **GEOAMBIENTE ON-LINE**, v. 37, p. 1-22, 2020.

SANTOS, M.S. FERREIRA, D. J. SANTOS, R. L. A feira livre como alternativa de geração de renda para agricultura familiar no município de Santo Estevão - BA. In: **VI CONGRESO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES**, 2014, São Paulo, SP. Anais. USP, 2014, p.685-699

SCHAPPO, S. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. **SER social**, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021.

“QUANTO MAIS PESA NO BOLSO, MAIS O ESTÔMAGO FICA VAZIO”: UM ESTUDO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA LESTE DE MANAUS (AM)

SILVA, R.R. Principais políticas de combate à fome implementadas no Brasil. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 5, p. 1-19, novembro 2006.

SORDI, D. N. **Reformas nos programas sociais brasileiros**: solidariedade, pobreza e controle social (1990-2014). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

VALENTE, F. L. S. Fome Zero, Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada. In: Direitos Humanos no Brasil, 2005, São Paulo. **Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2005.

Recebido em: 10/08/2025

Aprovado em: 05/09/2025

Publicado em: 10/09/2025